SUCESSÃO FAMILIAR NA PROPRIEDADE RURAL EM ABDON BATISTA - SC

Cristina Rosa Machado[1], Alessandra de Souza Muniz Rauber[2]
Luiz Paulo Rauber[1,2], Analú Mantovani[1.]

[1]Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campos Novos-SC, Brasil
[2]Universidade do Estado de Santa Catarina, Lages-SC, Brasil (lprauber@gmail.com)

Resumo: A pesquisa analisou a sucessão familiar em propriedades rurais de Abdon Batista, investigando fatores que influenciam jovens a permanecer ou não na agricultura familiar. Realizada em 2023 com 66 estudantes do Ensino Médio da EEB José Zanchett, utilizou abordagem qualitativa e quantitativa. Os resultados indicam que, apesar do diálogo familiar sobre sucessão, baixa renda, infraestrutura precária e divergências de ideias desestimulam os jovens a continuar na atividade rural.

Palavras-chave: Sucessão família; Propriedades rurais; Jovem.

INTRODUÇÃO

Ao passar dos séculos houve mudanças significativas no modo de viver do homem no campo, visto que ocorreram constantes migrações para a zona urbana, caracterizando o êxodo rural, portanto a forma como a agricultura passou a ser vista determinou o êxito de muitas atividades agrícolas e a decadência de tantas outras. A modernização afetou drasticamente o modelo antigo de sucessão, caracterizando-o acerca de diversos agentes pessoais, interpessoais e sociais (OLIVEIRA; FILHO, 2018).

A agricultura familiar no Brasil ocupa uma extensão de área de 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (EMBRAPA, 2017). O levantamento do Censo Agropecuário de 2017, realizado em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do País foram classificados como de agricultura familiar, o que é muito importante para a economia brasileira. No Brasil, a agricultura familiar está vinculada à segurança alimentar e nutricional da população. Ela não só impulsiona economias locais, como também contribui para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação íntima e vínculos duradouros da família com seu ambiente de moradia e produção (BITTENCOURT, 2020a).

Nos últimos anos, os produtores rurais passaram a se preocupar mais com a gestão agrícola e com a continuidade das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais. Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017) indicam que a população rural brasileira corresponde a 15.036.978 pessoas, sendo que 60% possuem idade entre 30 e 60 anos e 34% mais de 60 anos. Essa população está distribuída em 5.072.152 estabelecimentos rurais, em que 72% são caracterizados como produtores rurais (individuais).

No Brasil, a temática da sucessão familiar no meio rural tem suscitado crescente interesse de produtores rurais, pesquisadores e da sociedade em geral. Uma das consequências desse novo padrão seria a ameaça à sobrevivência das pequenas propriedades, já que estas não estariam conseguindo gerar renda suficiente para o sustento dos proprietários e de suas famílias (BUAINAIN *et al*., 2014).

Quando pensado em sucessão familiar é importante planejar como se dará o processo sucessório, pois a falta de percepção por parte de quem está no comando da propriedade, sobre o momento certo de se pensar na sucessão, na forma de como planejá-la e implantá-la, poderá comprometer o futuro da propriedade, a qual levou anos para chegar onde está, firme com suas atividades (BRIZZOLLA *et al.*, 2020).

A ausência de sucessores na agricultura familiar tende a gerar incertezas no que diz respeito não apenas à continuidade das famílias e das atividades produtivas, mas também às comunidades rurais, as quais gradativamente perdem sua população e passam a sentir os reflexos dessa mudança sobre suas dinâmicas sociais. Ao afastar os filhos das atividades, uma consequência direta da ausência de participação na tomada de decisões e na administração dos negócios, os produtores não os preparam para administrar a propriedade e os desencorajam a perceber viabilidade na vida no meio rural (MATTE; MACHADO,2017).

Com aumento da mercantilização ao longo dos anos e a consequente marginalização da propriedade e dos meios de produção do pequeno produtor, este se viu

forçado a uma maior necessidade de renda, a qual, muitas vezes, precisava ser obtida por meio do assalariamento fora da propriedade fato esse corroborado por dificuldades de obtenção de financiamentos públicos para investimentos e custeio da produção, tais como compra de insumos, entre outros (WILKINSON, 2008).

Diversos estudos procuram apontar fatores ou situações que direcionam a saída dos filhos, principalmente quando jovens, do estabelecimento rural brasileiro. Contudo, não há uma única resposta a essa pergunta, mas sim um conjunto de fatores que motivam a não sucessão. De tal modo, a problemática que permeia os trabalhos sobre sucessão rural na agricultura familiar envolve principalmente a tomada de decisão por parte dos jovens em ficar ou sair recaindo importante atenção sobre essa escolha. Nesse sentido, compreender quais fatores têm influência da tomada de decisão dos jovens de sair do estabelecimento rural e não sucederem seus pais torna, seja cada vez mais importante, uma vez que tal compreensão é necessária para administrar os desdobramentos decorrentes das decisões das próximas gerações, bem como para criar políticas públicas e ações de organizações envolvidas com a categoria de agricultores familiares (MATTE; MACHADO,2017).

Percebem-se também diversas iniciativas de políticas públicas, visando facilitar o processo de sucessão na atividade rural. Há programas específicos de incentivo ao ingresso de jovens na atividade e outros destinados àqueles que, sem sucessores, querem promover a continuidade de seus empreendimentos, encontrando jovens arrendatários, provenientes de outras famílias (OLIVEIRA; VIEIRA FILHO, 2019).

Nesse sentido, para a contínua promoção do desenvolvimento rural, é necessário proporcionar alternativas tecnológicas e inovadoras para os agricultores familiares, especialmente os de menor porte, para maior inclusão produtiva e consequente geração de renda, melhoria da qualidade de vida e, sobretudo, para o processo de sucessão familiar. Além disso, a inovação nas pequenas propriedades também contribuirá para a adoção de práticas que proporcionem o melhor uso dos recursos naturais, tornando, assim, a produção familiar cada vez mais sustentável ambientalmente (BITTENCOURT, 2020b).

A agricultura familiar ganhou status de empresa, com o que, conforme as demais empresas de outros segmentos, passou a pensar nas futuras gerações e em quem assumiria a frente dos negócios da família, surgindo assim a sucessão familiar no meio rural (MELLO *et al*., 2003).

A sucessão familiar é o processo que acontece nas empresas familiares, em que as gerações mais novas assumem o comando das atividades, substituindo as mais experientes, ou seja, são os negócios que passam de uma geração para outra. Conforme Alcântara e Machado Filho (2014), esse processo passa por diversos desafios, especialmente em relação à continuidade das empresas familiares.

Os sucessores precisam adquirir a competência e a experiência dos sucedidos. Além disso, a sucessão pode representar o momento em que o negócio receberá novas propostas, novas expectativas e uma visão mais inovadora (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2012).

Uma série de problemas que abatem as famílias tem levado grande parte das empresas ao fracasso. A gestão e a sucessão consistem nos maiores desafios a serem superados. No entanto, constata-se que as organizações familiares estão tentando driblar esses obstáculos buscando profissionalizar-se. As principais dificuldades na gestão empresarial, desse tipo de organização, referem-se à realização da transferência de poder de uma geração para outra, aos obstáculos para o processo de profissionalização e aos conflitos entre os familiares (FREITAS; FREZZA, 2016).

Diante disso, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar quais os fatores predominantes que influenciam a tomada de decisão dos jovens rurais, filhos de agricultores da cidade de Abdon Batista/SC, a sucessão ou a não sucessão da atividade familiar rural e, também, compreender alguns fatores que levam o jovem a sair do campo.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi conduzido por meio de um questionário com perguntas objetivas, aplicado na Escola de Educação Básica (EEB) “José Zanchett”, situada na Linha São José, interior do município de Abdon Batista – SC, com alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. O município de Abdon Batista é um município do estado de Santa Catarina, localizado no Planalto Sul, com 2.577 habitantes (IBGE, 2017), cuja economia é baseada na agricultura.

O questionário foi utilizado como instrumento de coleta de dados, permitindo analisar individualmente as respostas dos participantes da pesquisa, composta por estudantes do Ensino Médio pertencentes, em sua maioria, a núcleos familiares ligados à agricultura. Segundo Gil (2008), o questionário em uma pesquisa pode ser definido como uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações”.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa e quantitativa, buscando compreender o processo de sucessão familiar nas propriedades rurais e, ao mesmo tempo, sistematizar os dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos estudantes. Conforme

Minayo (2001), essas abordagens se complementam e interagem dinamicamente, possibilitando tanto a interpretação das percepções dos participantes quanto a análise crítica das informações coletadas.

Em relação às técnicas de análise de dados, utilizou-se planilha eletrônica para apresentar e interpretar os dados coletados junto aos alunos por meio do questionário, auxiliando na organização das informações em tabelas e gráficos. Também foi empregada a análise de conteúdo, buscando avaliar e interpretar as informações obtidas através dos questionários aplicados aos estudantes, visando à tabulação e interpretação dos dados da pesquisa.

Nesse sentido, a primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico sobre a temática, buscando embasamento teórico acerca da realidade da sucessão familiar na agricultura nos contextos brasileiro, catarinense e, principalmente, no município em que a pesquisa foi realizada. Para isso, utilizaram-se autores conceituados na área, além de artigos e periódicos científicos disponibilizados online.

A segunda etapa correspondeu à coleta de dados, realizada por meio da aplicação de questionários aos estudantes do Ensino Médio da EEB José Zanchett, contando com a participação de 66 entrevistados. Os questionários foram respondidos de forma anônima, sem identificação dos participantes por nome ou CPF. O questionário consistiu nas seguintes perguntas:

QUESTIONÁRIO APLICADO

1. Reside: zona rural ( ) urbana ( )
2. Gênero: F ( ) M ( )
3. Idade:___
4. Escolaridade:
   1°ano ( ) 2° ano ( ) 3° ano ( )
4. Número de pessoas do grupo familiar: ___
5. Tamanho da propriedade (Hectares):___
7. Atividade agrícola na propriedade :
( )grãos
( )gado de leite
( )gado de corte
( ) fruticultura
( )horticultura
( )nenhuma
8. A família já falou sobre sucessão familiar:
sim( ) não( )
9. Porque jovem sai do meio Rural:
( )não há boa comunicação entre pais e filhos;
( )há divergências de objetivos de negócios entre o atual administrador e o herdeiro;
( )é grande a distância entre a cidade e o campo;
( )os recursos para prosseguir com o negócio são limitados;
( )o herdeiro não sabe como gerir a propriedade;
( )o sucessor tem uma família muito grande;
( )o herdeiro deseja melhores condições de trabalho ou financeiras;
( )não há tecnologias disponíveis na propriedade.
10. O que poderia ser feito para o jovem permanecer no campo:
( ) Melhorar a infraestrutura do meio rural- internet, estradas, agroindústrias)
( ) Incentivos governamentais de acordo com a realidade da propriedade.
11. Você está satisfeito com a atividade agrícola da propriedade: ( ) sim ( ) não
Justificativa:_____
12. Você possui autonomia na tomada decisões e consegue expor suas ideias: ( ) sim ( ) não
Justificativa:_____
13. Recebe incentivo para permanecer na propriedade: ( ) sim ( ) não
14. Onde pretende morar: ( ) Cidade ( ) Campo
15. A família conversa sobre sucessão familiar: ( ) sim ( ) não
16. Pretende continuar o trabalho dos pais: ( ) sim ( ) não
17. Pretende: vender a propriedade ( ) ou arrendar a propriedade ( )
18. Principal fonte de renda da propriedade: ( ) Campo ( ) trabalho na cidade.

Por fim, a terceira etapa da pesquisa constituiu-se na análise dos dados coletados, realizada no período de maio a junho de 2025, com a utilização de tabelas e gráficos, possibilitando melhor visualização, interpretação e discussão dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir descrevem o perfil dos entrevistados, seguidos da análise e discussão dos dados observados.

Perfil dos jovens entrevistados

Na tabela 1 é possível observar que 62,1% dos jovens entrevistados residem na zona rural do município, e 37,9% na zona urbana. Embora estudos mostram que a população das cidades é sempre maior na zona urbana, na cidade de Abdon Batista a pesquisa nos apresentou que há um predomínio dos jovens residentes no meio rural.

Tabela 1 – Perfil dos jovens entrevistados, relacionados à residência, gênero, idade, ano escolar dos jovens entrevistados.

Residência	Porcentagem
Rural	62,1%
Urbano	37,9%
Gênero	
Feminino	36%
Masculino	64%
Idade	
15 anos	26,2%
16 anos	24,7%
17 anos	32,3%
18 anos	10,8%
19 anos	3,1%
Ano Escolar (Ensino médio)	Porcentagem
1° Ano	36,4%
2° Ano	25,8%
3° Ano	37,9%
Grupo Familiar	Porcentagem
02 pessoas	7,9%
03 pessoas	22,2%
04 pessoas	36,5%
05 pessoas	25,4%
06 pessoas	4,8%
07 pessoas	1,6%
08 pessoas	1,6%

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao Censo Agropecuário de 2017, o município de Abdon Batista historicamente apresenta maior concentração populacional na zona rural, contando com 434 mulheres e 884 homens residentes nesse espaço.

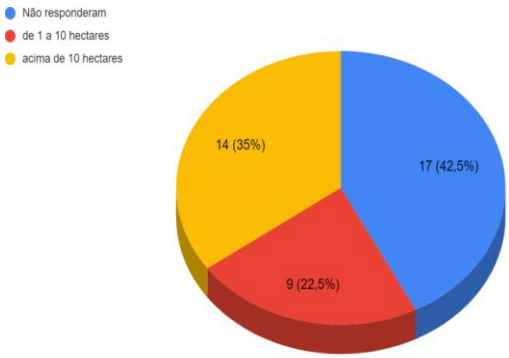
Na presente pesquisa, o gênero predominante entre os entrevistados foi o masculino, representando 64% do público participante, enquanto o gênero feminino correspondeu a 36%. A menor participação feminina no meio rural está relacionada a um processo histórico de desigualdade de gênero. Segundo Piscitelli (2009), o termo gênero pode ser compreendido como uma categoria histórica utilizada para definir os papéis sociais construídos para homens e mulheres ao longo do tempo. Historicamente, o gênero masculino exerceu maior poder sobre o feminino, originando desigualdades que limitaram a participação das mulheres nos processos de sucessão familiar e nos espaços de decisão. De modo geral, as mulheres possuíam pouca ou nenhuma autonomia, sendo as decisões tomadas pelos pais e cabendo a elas apenas acatá-las. Atualmente, observa-se uma transformação nesse cenário, com o reconhecimento e a valorização do trabalho feminino no campo, permitindo às mulheres maior autonomia e participação na tomada de decisões (MATTE; MACHADO, 2017).

Em relação à idade dos entrevistados, prevaleceram jovens de 17 anos (32,3%), seguidos pelos de 15 anos (26,2%), 16 anos (24,7%), 18 anos (10,8%) e 19 anos (3,1%). Quanto ao ano escolar, conforme delimitado na pesquisa, predominou o 3º ano do Ensino Médio Regular, com 37,9% dos participantes, seguido pelo 1º ano, com 36,4%, e pelo 2º ano, com 25,8%.

No que se refere à composição familiar, predominou a presença de quatro pessoas no grupo familiar, representando 36,5% dos entrevistados, seguida por famílias compostas por cinco pessoas (25,4%) e três pessoas (22,2%).

Conforme apresentado na Ilustração 1, constatou-se que, entre os entrevistados residentes no meio rural do município, 22,5% pertencem a propriedades rurais com área inferior a 10 hectares, enquanto 35% possuem propriedades com área superior a 10 hectares.

Figura 1- Tamanho das propriedades rurais, em número de hectares.

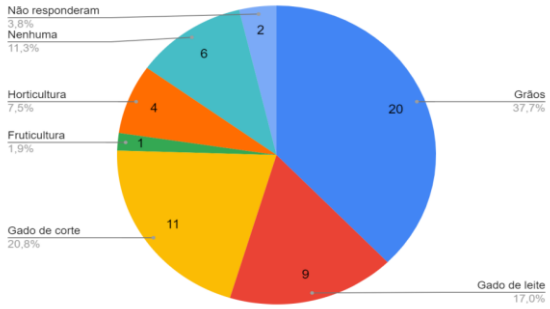


Com base nesses dados, é possível compreender que o município de Abdon Batista é composto, majoritariamente, por propriedades rurais de pequeno (agricultores familiares), conforme a Lei nº 11326/2006. Considerando esse aspecto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabelece que, no município de Abdon Batista, um módulo fiscal corresponde a 20 hectares, e de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 70% dos estabelecimentos agropecuários do município possuíam área entre 1 e 50 hectares.

No que se refere às atividades agrícolas, (Figura 2) demonstra que a produção de grãos é a atividade predominante nas propriedades das famílias dos entrevistados, representando 37% das respostas. Em seguida, destacam-se a criação de gado de corte, com 20,8%, e a produção de gado leiteiro, com 17%.

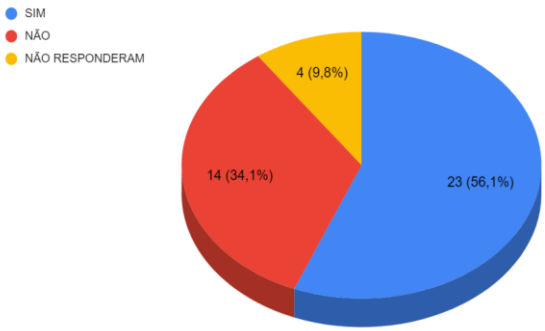
Esses dados confirmam o perfil econômico do município, cuja base produtiva está fortemente relacionada à agricultura.

Figura 2 – Atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades rurais.



Com referência à Figura 3, evidenciou-se que 56,1% dos entrevistados relataram que seus pais já conversaram sobre sucessão familiar e realizam a preparação dos filhos para dar continuidade às atividades desenvolvidas na propriedade. Por outro lado, 34,1% afirmaram que ainda não há preparação de sucessores para a gestão do negócio familiar.

Figura 3 - A família já falou sobre sucessão familiar.



Os resultados observados corroboram a pesquisa de Flores Júnior e Grisci (2012), que destaca o pouco diálogo entre pais e filhos sobre a sucessão familiar rural como um dos fatores que dificultam esse processo.

A juventude rural, em determinados contextos, configura-se como um grupo social vulnerável e frequentemente invisibilizado. Em muitas realidades, os jovens do meio rural têm seus anseios, perspectivas e potencialidades desconsiderados pela própria comunidade, sendo, por vezes, vistos como sujeitos sem capacidade de protagonizar os processos de desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, há consenso entre pesquisadores de que a juventude ocupa posição secundária nas formulações de estratégias de desenvolvimento, especialmente no que se refere aos jovens inseridos na agricultura familiar (REDIN, 2012).

No contexto da sucessão familiar rural, não há um modelo único capaz de garantir o êxito desse processo. Entretanto, alguns fatores mostram-se fundamentais para a permanência dos jovens no campo. Conforme destaca Stropasolas (2011), a continuidade das atividades rurais pelos sucessores está relacionada não apenas à identificação dos jovens com a agricultura, mas também à possibilidade de associar maior nível de escolaridade ao aumento efetivo da renda agrícola. Além disso, a mecanização da produção, a incorporação de tecnologias e os ganhos de produtividade contribuem para a melhoria da rentabilidade das atividades agropecuárias, tornando o meio rural mais atrativo para as novas gerações.

A Tabela 3 apresenta alguns dos principais fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural. Entre as respostas obtidas, destacou-se, com 25%, a busca por melhores condições de trabalho e maior estabilidade financeira. Além disso, 20% dos entrevistados apontaram divergências de objetivos entre pais e filhos como um fator relevante para o afastamento dos jovens das atividades rurais.

Tabela 3 –Principais fatores relacionados à saída dos jovens do meio rural.

Motivo	Percentual %
Herdeiro deseja melhores condições de trabalho e financeiras	25%
Divergências de objetivos entre pais e filhos	20%
O herdeiro não sabe como gerir a propriedade	15%
Não há comunicação entre pais e filhos	11,7%
Os recursos para prosseguir com o negócio são limitados	11,7%
Distância do campo até a cidade	10%
Não há tecnologias disponíveis na propriedade	3,3%

Outros aspectos também foram mencionados, como a falta de preparo para a gestão da propriedade rural, indicada por 15% dos participantes, e a ausência de

uma comunicação efetiva entre pais e filhos, bem como a limitação de recursos para dar continuidade ao negócio familiar, ambos representando 11,7% das respostas.

Por outro lado, as políticas públicas sociais voltadas ao gênero, apesar da evolução, ainda não conseguiram resultados expressivos. Em certos momentos, as escolhas dos jovens rurais não estão ligadas a inexistência de intervenções rurais ou de baixa renda, mas vinculados a projetos de vida, ou sonhos, além do meio rural, ou que, talvez, o rural ainda não proporciona, como por exemplo, a educação superior presencial (REDIN, 2012).

Fatores que influenciam a saída dos jovens do meio rural

Conforme apresentado na Ilustração 4, o principal fator apontado pelos entrevistados para a saída dos jovens do meio rural está relacionado à busca por melhores condições de trabalho e estabilidade financeira. Além disso, 20% dos participantes indicaram a existência de divergências de objetivos entre pais e filhos, enquanto 15% afirmaram não possuir preparo para a gestão da propriedade rural. Ainda, 11,7% das respostas destacaram a ausência de uma comunicação efetiva entre pais e filhos, bem como a limitação de recursos para a continuidade do negócio familiar.

Figura 4 – Fatores que contribuem para a permanência dos jovens no meio rural.

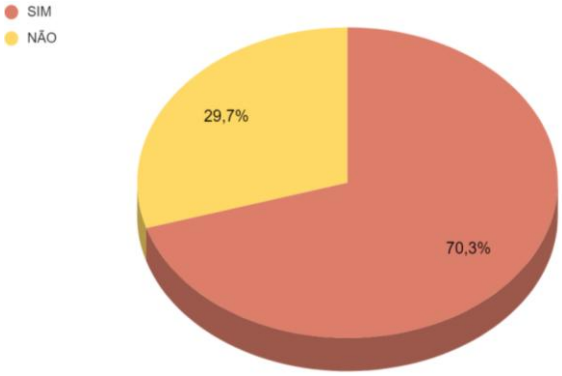


A permanência dos jovens no meio rural é dificultada pela ausência de estímulos, tanto no âmbito familiar quanto por parte de entidades governamentais e não governamentais, que, em muitos casos, não desenvolvem ações efetivas de incentivo à permanência da juventude no campo (COSTA; RALISCH, 2013).

Nesse contexto, observa-se que muitos agricultores enfrentam dificuldades em motivar seus filhos a dar continuidade às atividades rurais desenvolvidas na propriedade familiar, fator que contribui diretamente para o processo de êxodo rural (FACCIN; SCHMIDT, 2013).

A figura 5 demonstra que 70,3% dos jovens entrevistados se declararam satisfeitos com as atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade familiar. Entre as justificativas apresentadas, destacam-se o interesse em expandir a propriedade e a necessidade de maior incentivo por parte do poder público para fortalecer as atividades no meio rural.

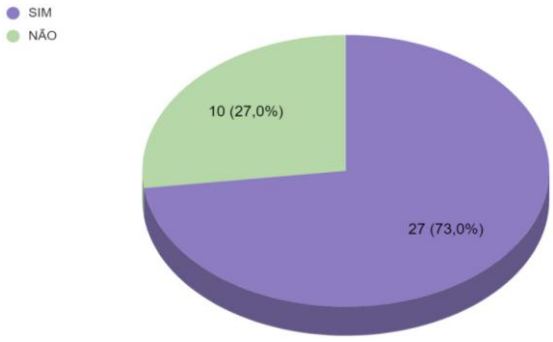
Figura 5 – Nível de satisfação dos jovens em relação às atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade familiar.



Por outro lado, 29,7% dos entrevistados manifestaram insatisfação em relação às atividades desenvolvidas na propriedade. Entre os principais motivos apontados, destaca-se a dificuldade de diálogo com os pais, especialmente no que se refere à consideração das sugestões e opiniões dos jovens. Nesse contexto, o planejamento familiar e a comunicação entre as gerações mostram-se aspectos fundamentais para a construção de perspectivas futuras no meio rural. Conforme os relatos obtidos, muitos jovens acreditam que poderiam contribuir com novas ideias para a gestão da propriedade, porém afirmam que os responsáveis pela administração consideram-nos muito jovens para participar das tomadas de decisão.

A figura 6 aborda a autonomia dos jovens na tomada de decisões e a possibilidade de participação nas discussões relacionadas à gestão da propriedade rural. Conforme os dados apresentados, 73% dos entrevistados afirmaram possuir liberdade para expor suas ideias e participar das decisões familiares, enquanto 27% relataram não possuir essa autonomia.

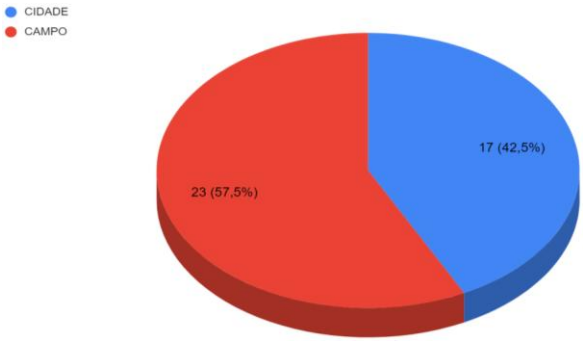
Figura 6 – Autonomia dos jovens na tomada de decisões e participação nas discussões da propriedade rural.



Nessa questão do questionário, os entrevistados tiveram a possibilidade de complementar suas respostas por meio de justificativas. Entre aqueles que responderam positivamente, destacou-se que as decisões relacionadas à propriedade são tomadas de forma conjunta com os familiares, mediante diálogo e planejamento, permitindo aos jovens maior autonomia e participação na exposição de opiniões.

Por outro lado, os entrevistados que afirmaram não participar das decisões justificaram que a gestão da propriedade é conduzida exclusivamente pelos pais, que, em muitos casos, não consideram as ideias dos filhos. Além disso, alguns participantes relataram ausência de interesse em assumir a gestão da propriedade, bem como a existência de divergências de objetivos entre pais e filhos, fator que limita a participação dos jovens nos processos decisórios.

Figura 7 – Intenção dos jovens quanto à permanência no campo ou migração para a cidade.



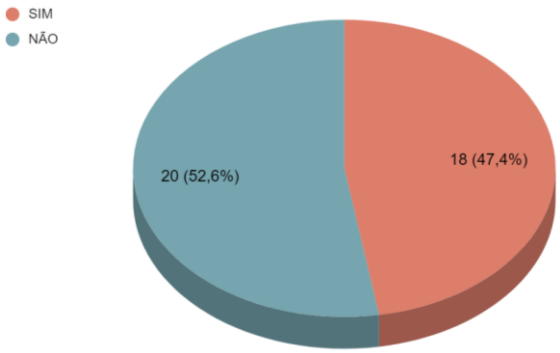
Segundo dados do IBGE (2022), o município de Abdon Batista possui 1.008 habitantes residentes na zona urbana e 1.583 na zona rural. Em relação à perspectiva dos jovens sobre o local onde pretendem residir futuramente, os resultados apresentados na figura 7 demonstram que 57,5% manifestaram intenção de permanecer no meio rural, enquanto 42,5% indicaram preferência pela área urbana.

Ao relacionar esses dados com o contexto histórico e socioeconômico do município, observa-se que parte significativa da juventude ainda demonstra interesse em permanecer no campo, seja pela influência familiar, seja pelas perspectivas geradas pela atividade agrícola no município. Esse cenário evidencia a importância da agricultura como elemento de permanência das famílias no meio rural, contribuindo para que os jovens visualizem possibilidades de continuidade e desenvolvimento nessa atividade.

Para Mera e Netto (2014), e Panno e Machado (2014), as quais destacam que a maioria dos jovens deixa o meio rural por desacreditar na continuação das atividades familiares, indicando o meio urbano como a melhor opção. Os autores evidenciam também a importância do incentivo dos pais para a permanência dos jovens no meio rural, visando a promover o processo de sucessão familiar.

Correlacionando os dados apresentados na figura 7 com os da figura 8, observa-se que 47,4% dos entrevistados afirmaram pretender dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos pais na propriedade rural, enquanto 52,6% declararam não possuir essa intenção. Esses resultados demonstram que, embora parte significativa dos jovens manifeste interesse em permanecer no meio rural, nem todos desejam prosseguir com as atividades atualmente exercidas pela família.

Figura 8 – Intenção dos jovens em dar continuidade às atividades desenvolvidas pelos pais na propriedade rural.



Estudos realizados em municípios do Oeste de Santa Catarina por Zanin et al. (2014) identificaram que apenas 3% dos jovens demonstravam interesse em continuar nas atividades rurais, destacando, entre os fatores relacionados, a carência do uso da contabilidade e de práticas de gestão nos estabelecimentos rurais.

Os resultados obtidos nesta pesquisa também se aproximam das análises desenvolvidas por Mera e Netto (2014) e Panno e Machado (2014), os quais

evidenciam que muitos jovens deixam o meio rural por desacreditarem na continuidade das atividades familiares, percebendo o meio urbano como uma alternativa mais promissora. Além disso, os autores ressaltam a relevância do incentivo familiar, especialmente por parte dos pais, para a permanência dos jovens no campo e para o fortalecimento do processo de sucessão familiar rural.

A Tabela 4 demonstra que, para 77,8% dos entrevistados, a principal fonte de renda familiar é proveniente das atividades desenvolvidas no meio rural, enquanto 22,2% indicaram que a renda está relacionada ao trabalho exercido na cidade. Essa realidade evidencia a dinâmica socioeconômica observada no município, em que, frequentemente, um dos membros da família atua nas atividades agrícolas, enquanto o outro exerce atividade profissional no meio urbano.

Tabela 4 – Principal fonte de renda familiar e perspectivas futuras em relação à propriedade rural.

Principal fonte de renda da propriedade	
Campo	77,8%
Trabalho na cidade	22,2%
Pretende vender ou arrendar a propriedade	
Vender	12,2%
Arrendar	46,3%
Não responderam	41,5%

Os resultados também indicam que apenas 12,2% dos entrevistados manifestaram interesse em vender a propriedade rural. Em contrapartida, 46,3% afirmaram que, caso necessário, optariam pelo arrendamento da área, visando evitar que a propriedade permanecesse sem utilização. Além disso, 41,5% dos participantes não responderam a essa questão.

CONCLUSÃO

Os jovens de Abdon Batista matriculados no Ensino Médio Regular demonstram, em sua maioria, interesse em permanecer no meio rural. Grande parte dos entrevistados apresenta satisfação em relação às atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias e participa das tomadas de decisão referentes à gestão da propriedade rural, relacionando a existência de vínculo dos jovens com a atividade agrícola e indicam perspectivas de continuidade das atividades familiares no campo.

Entretanto, a identificou-se fatores que podem contribuir para o afastamento da juventude do meio rural, entre os quais se destacam a busca por melhores condições de trabalho e estabilidade financeira, as divergências de objetivos entre pais e filhos, a falta de preparo para a gestão da propriedade, a ausência de diálogo familiar e a limitação de recursos para a continuidade do negócio rural. Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer o diálogo familiar, ampliar a participação dos jovens nas decisões relacionadas à propriedade e promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, visando criar condições mais atrativas para a permanência da juventude no campo e para o fortalecimento do processo de sucessão familiar rural.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, N. B.; MACHADO FILHO, C. A. P. O processo de sucessão no controle de empresas rurais brasileiras: um estudo multicasos. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 16, n. 1, p. 139-151, 2014.

BITTENCOURT, D. M. de C. (ed.). Estratégias para a agricultura familiar: visão de futuro rumo à inovação. Brasília, DF: Embrapa, 2020a.

BITTENCOURT, D. M. de C. Agricultura familiar: desafios e oportunidades rumo à inovação. 2020b.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRIZZOLLA, M. M. B.; CHAPOVAL NETO, A.; KRAWSZUK, G. L.; BERLEZI, M. Sucessão familiar em propriedades rurais. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 10, e9169109408, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9408. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9408>. Acesso em: 16 mai. 2023.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. (ed.). O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Agricultura familiar. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 6 jun. 2023.

FACCIN, O. P.; SCHMIDT, C. E. F. Sucessão nas propriedades rurais familiares integrantes de uma

cooperativa agropecuária. In: COTRIM, D. S. Gestão de cooperativas: produção acadêmica da ASCAR. Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2013. p. 371-396.

FLORES JÚNIOR, J. E.; GRISCI, C. L. I. Dilemas de pais e filhos no processo sucessório de empresas familiares. Revista de Administração, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 325-337, 2012.

FREITAS, E. C. de; FREZZA, C. M. M. Gestão e sucessão em empresa familiar. Revista Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 2, n. 1, 2016. DOI: 10.25112/rgd.v2i1.1063. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1063>. Acesso em: 6 jun. 2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 5 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Município de Abdon Batista/SC. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/abdon-batista/pesquisa/23/47427?detalhes=true>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. Revista de Estudos Sociais, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 130-151, 2017. DOI: 10.19093/res.v18i37.3981. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MERA, C. M. P.; NETTO, C. G. M. A diminuição da população rural na região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva dos segmentos rurais. Desenvolvimento em Questão, v. 12, n. 27, p. 216-263, 2014.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

OLIVEIRA, J. L.; ALBUQUERQUE, A. L.; PEREIRA, R. D. Governança, sucessão e profissionalização em uma empresa familiar: (re)arranjando o lugar da família multigeracional. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 14, n. 43, p. 176-192, 2012.

OLIVEIRA, W. M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Sucessão nas fazendas familiares: problemas e desafios. Brasília, DF: Ipea, 2018. Recurso eletrônico. ISSN 1415-4765.

OLIVEIRA, W. M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. A sucessão familiar no setor agropecuário. Revista de Política Agrícola, v. 28, 2019. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1451>. Acesso em: 11 abr. 2022.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na decisão do jovem trabalhador rural partir ou ficar no campo. Desenvolvimento em Questão, v. 12, n. 27, p. 264-297, 2014.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B. de; SZWAKO, J. E. Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

REDIN, E. Jovem rural em questão. Revista Sociais e Humanas, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 123-139, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2894>. Acesso em: 7 jun. 2023.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2011.

WILKINSON, J. O Estado, a agricultura e a pequena produção. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

ZANIN, A. et al. Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 13, n. 40, p. 09-19, 2014.